



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

Informativo Semestral da Defensoria Pública do Estado do Piauí



## Oficina de Pais e Filhos tem sido um diferencial nos processos de ruptura dos relacionamentos

**T**endo por objetivo buscar um olhar diferenciado para o processo de ruptura dos relacionamentos, a Defensoria Pública do Estado do Piauí implantou neste ano de 2017 a Oficina de Pais e Filhos.

O Projeto foi idealizado pelo CNJ e implementado na Defensoria pelos Defensores Públicos, Dra. Andrea Melo de Carvalho, Dra. Débora Cunha Vieira Cardoso, Dr. João Castelo Branco Vasconcelos Neto e Dra. Rosa Mendes Viana Formiga, após conhecerem o seu funcionamento na Comarca de Fortaleza-CE. O objetivo principal da Oficina é demonstrar para os casais que enfrentam o processo de ruptura, que precisam olhar o problema de frente, objetivando incentivar uma convivência saudável que traga ganhos para todos os envolvidos, especialmente os filhos.

A Oficina foi criada pelo CNJ e é baseada em casos reais e fictícios e em dados constatados por equipe multidisciplinar, que permitem aos envolvidos verem o problema sob uma ótica diferente, entendendo que não se trata unicamente de determinado casal, mas compartilhado por muitos, e que é possível resolvê-lo mantendo um diálogo não

ofensivo. Com o desenvolvimento do Projeto a Defensoria pretende tentar resolver não apenas as questões jurídicas, mas a essência do problema, a relação entre os envolvidos tanto nas esferas judiciais quanto nas extrajudiciais, evitando o prolongamento do processo e mesmo, em alguns casos, a judicialização.

A Oficina tem mostrado resultados surpreendentes entre os assistidos que participam do programa. Apoiado em literatura sobre os efeitos do divórcio e na importância dos pais encontrarem maneiras saudáveis para lidar com o término do relacionamento, o projeto tem deixado a atuação das Defensorias de Família mais humanizada e multidisciplinar, o que implica dizer que os Defensores, servidores e voluntários que participam da aplicação da Oficina, passam a ter contato com outras abordagens sobre temas que antes eram vistos apenas sob o viés jurídico, como por exemplo o divórcio, que é estudado sob o olhar da psicologia e da sociologia, já que o entendimento dos seus efeitos para o casal e para os filhos, passa a ser fundamental na conversa que terão com os assistidos.

Continua na página 3

Dra. Hildeth Evangelista  
integra nova Diretoria do  
CONDEGE

pag 10

Picos e Simões contam  
como novas instalações  
da DPE-PI

pag 09

Semana Nacional da  
Defensoria Pública foi  
realizada com êxito

pag 06

Força-Tarefa inicia  
interiorização pela  
Penitenciária Mista  
de Parnaíba

pag 12

Após ter conseguido a sua autonomia administrativa, orçamentária e financeira em janeiro de 2016, a Defensoria Pública do Estado do Piauí chega, neste ano de 2017, a um momento de consolidação dessas conquistas. O que não significa que estaremos acomodados. O momento é de inquietação pelo muito que ainda temos que realizar na busca por aparelhar e melhorar substancialmente as nossas condições de trabalho, proporcionando um atendimento cada vez mais humanizado aos nossos assistidos.

Para além do atendimento que prestamos em todas as áreas, informar, motivar e conscientizar a população carente a respeito dos seus direitos é atribuição institucional da Defensoria Pública e lutaremos diariamente para que a nossa Instituição se torne cada vez mais instrumento de resgate da cidadania dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, dando voz a quem nunca teve.

Estamos em uma nova fase da gestão graças à confiança em nós depositada pela significativa maioria de Defensoras e Defensores Públicos, que nos reconduziram ao cargo de Defensora Geral. Isso nos mostra que temos trilhado o caminho certo na condução dos rumos da nossa Instituição, mas também nos traz a enorme responsabilidade de procurar cada vez mais trabalhar para que a Defensoria Pública do Estado do Piauí se fortaleça.

Temos o compromisso de continuar dotando nossa Instituição da estrutura física necessária para que os nossos órgãos de atuação consigam bem desempenhar o seu papel. Temos ainda o grande desafio constitucional de garantir, até o ano de 2022, a presença de Defensores Públicos em todas as unidades jurisdicionais, para isso tendo a necessidade de ampliar nosso quadro de Defensores. Precisamos realizar concurso público para formar o corpo de servidores próprios da DPE-PI. Enfim, precisamos cumprir aquilo que planejamos, a custo de grande esforço e com a colaboração essencial de todos, que é o nosso Plano Estratégico 2016/2020.

Tudo isso demanda o fortalecimento do nosso Orçamento, uma luta que enfrentamos a cada ano e para a qual ainda não conseguimos obter a resposta necessária. A falta de um Orçamento condizente com as necessidades da Defensoria Pública não tem nos permitido condições de avançar o necessário na busca de estruturas e logísticas adequadas para suprir demandas, que visam garantir o atendimento eficaz ao nosso público-alvo, formado pelos mais vulneráveis, parcela mais que significativa da população.

Mas não vamos desanimar. Temos toda a disposição necessária para continuarmos firmes na busca dos nossos objetivos estratégicos, renovando diariamente o compromisso com os ideários que orbitam em torno da Defensoria Pública. Vamos continuar honrando o dever de defender nossas prerrogativas e garantias de carreira, construindo uma Defensoria cada vez mais forte, autônoma e funcionalmente independente, dialogando abertamente com todos os seguimentos, sejam eles governamentais ou da sociedade civil, sempre respaldados na finalidade de democratizar o acesso à Justiça.

Lutaremos todos os dias para que a Defensoria Pública do Estado do Piauí seja um instrumento de alcance da Justiça, no seu sentido maior de equidade. Avante DPE-PI!



**Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes**  
Defensora Pública Geral do Estado do Piauí



**Informativo:**

Defensoria em Ação  
Ano III Nº 06 Janeiro/Junho de 2017  
Informativo Semestral da Defensoria  
Pública do Estado do Piauí

**EXPEDIENTE:**

Defensoria em Ação - Informativo da  
Defensoria Pública do Estado do Piauí  
Rua Nogueira Tapety, 138,  
Bairro dos Noivos  
Teresina - Piauí - CEP:64.046-020  
Telefones: (86) 3233-6954  
Fax: (86) 3235-7527

E-mail Geral: defensoriapublica@defensoria.pi.def.br

**Defensora Pública Geral:**

Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes

**Subdefensor Público Geral:**

Dr. Erisvaldo Marques dos Reis

**Corregedora Geral:**

Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha

**Chefe de Gabinete Defensora Pública Geral:**

Dra. Patrícia Ferreira Monte Feitosa

**Assessoria Jurídica:**

Dra. Viviane Pinheiro Pires Setúbal  
Dr. João Castelo Branco de Vasconcelos Neto  
Dr. Humberto Brito Rodrigues

**Diretor Administrativo e Financeiro:**

Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro

**Diretor de Primeiro Atendimento:**

Dr. Marcelo Moita Pierot

**Diretora Cível:**

Dra. Rosa Mendes Viana Formiga

**Diretor Criminal:**

Dr. Sílvio César Queiroz Costa

**Diretor Regional:**

Dr. Gérson Henrique Silva Sousa

**Diretora de Núcleos Especializados:**

Dra. Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade

**Diretor da Defensoria Itinerante:**

Dr. Afonso Lima da Cruz Júnior

**Diretora da Escola Superior (ESDEPI):**

Dra. Andrea Melo de Carvalho

**Textos:** Ângela Ferry

**Fotos:** Lázaro Lemos

**Jornalista Responsável:**

Ângela Ferry  
DRT:912-PI

**E-mail Comunicação:**

comunicacaodef@defensoria.pi.def.br

**Programação Visual:**

George Vítor de Carvalho Santana



“Em quatro meses de realização do projeto, tivemos resultados surpreendentes, com a participação dos pais e o que é melhor, depoimentos destes nos dando retorno de como foi positiva a aplicação das técnicas da Oficina em suas vidas, melhorando os relacionamentos com seus ex parceiros e com os filhos, tornando a relação da família mais harmônica e saudável. Tem sido

extremamente gratificante realizar as Oficinas e estamos trabalhando para que o projeto cresça e se solidifique cada vez mais. Contamos com a colaboração e engajamento dos colegas Defensores, especialmente da área de Família. QUEM CONHECE E VIVENCIA O PROJETO, AMA!”, diz a Defensora Pública Dra. Rosa Mendes Viana Formiga ao avaliar a implantação da Oficina.



O Defensor Público Dr. João Castelo Branco Vasconcelos Neto, avalia a implantação da Oficina de Pais e Filhos como uma forma de humanização da assistência promovida pela Defensoria aos assistidos envolvidos em litígios familiares. O Defensor acrescenta que “os conflitos da área de família merecem um olhar diferenciado e mais humanizado do Defensor, muito além do viés meramente jurídico. Assim, diferente do embate que o processo judicial propicia, a

Oficina oferece a oportunidade para que essas pessoas, com a ajuda da Defensoria Pública, resolvam com mais eficácia as questões, problemas e dilemas que a ruptura de um casamento ou de uma relação de união estável traz ao casal e aos seus filhos”, afirma.



A Defensora Pública Dra. Débora Cunha Vieira Cardoso, avalia a implantação da Oficina de Pais e Filhos como um grande avanço institucional. “Começamos a abordar os conflitos familiares da forma como eles merecem. Isso implica dizer que relações parentais, antes mesmo de se transformarem em relações jurídicas, são relações entre pessoas, pessoas que estão apenas passando por uma fase difícil, por isso que a intervenção das instituições deve ser cuidadosa e sensível, sob pena de acirrar ainda

mais os ânimos, ao invés de pacificar. O profissional que se dispõe a trabalhar com Direito de Família deve sempre olhar além dos códigos e leis. Deve estar consciente de que sua intervenção naquele conflito pode mudar os rumos daquelas relações já tão fragilizadas. A Defensoria Pública, por ser a primeira instituição a ser procurada pelas pessoas, tem uma grande responsabilidade ao receber essas famílias, evitando que a judicialização rompa de vez com os laços de afeto. Vejo que o sistema jurídico tem sido cada vez mais receptivo a essas abordagens, a exemplo da Mediação de Conflitos, Constelações Familiares e Círculos Restaurativos.



“A Oficina representa um grande avanço defensorial na busca da solução efetiva do problema dos assistidos, muitas vezes não resolvidos pelo Judiciário e que se transforma em novas outras demandas judiciais. Após a participação nas Oficinas, os casais conseguem entender a importância do diálogo e as implicações malélicas das brigas pela falta dele. Saem com o propósito de mudança de atitude, que em muito contribui para o bem estar da família recém desfeita”, avalia a Defensora Pública Dra. Andrea Melo de Carvalho.

“Esse é mais um passo que damos em relação a qualificação do atendimento que prestamos aos nossos assistidos. Trata-se de uma ferramenta adotada com o intuito de auxiliar eficazmente os Defensores e os nossos assistidos na resolução de demandas apresentadas na área de Família”, diz a Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista.

# Artigo

Dr. Marcos Martins de Oliveira  
Titular da 2ª Defensoria Pública de Floriano

## Competência do juízo de Família para executar alimentos fixados por juízo criminal em medida protetiva de urgência prevista na Lei 11.340/2006

**E**nquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 33, da LMP).

Nesse cenário, é possível que a decisão proferida pelo juiz criminal fixe alimentos provisórios ou provisionais ao decidir o pedido de medida protetiva de urgência, conforme autoriza o art. 22, V, da Lei Maria da Penha.

A questão que se impõe é saber onde devem ser executados os alimentos deferidos nessas condições. Berenice Dias alerta que não foi atribuída às Varas Criminais competência para o procedimento executório. A competência é para processar e julgar causas cíveis e criminais (LMP, art. 33), não para executá-las. Bem ao contrário do que ocorre com o JVDPM, ao qual a lei atribui competência não só para o processo e julgamento, mas também para a execução da demanda (LMP, art. 14). Isso porque, nos incidentes de medida protetiva de natureza cível, a vítima tem a prerrogativa de eleição de foro (LMP, art. 15).

Assim, ter-se-ia um cumprimento de sentença de prestação alimentícia, vez que se trata de título executivo, pelo art. 528 (últimos três meses atrasados) e/ou art. 523, do NCPC (meses mais antigos que os três últimos ou todos os meses se o credor abrir mão do rito da prisão). Entretanto, inviável a tramitação nos próprios autos por ausência de competência da vara criminal para tanto, não se aplicando o pedido de remessa indicado no art. 516, parágrafo único, do NCPC, na medida em que os autos da medida protetiva precisam ficar na vara criminal para viabilizar, entre outros, eventual pedido de prisão preventiva por descumprimento das medidas de caráter penal.

O cumprimento deve conter todos os documentos de uma demanda inicial (art. 319 e 320, NCPC), pro-



tolado perante a distribuição e endereçado a uma das Varas de Família da Comarca. O art. 522 do NCPC serve como norte para a documentação a ser anexada à exordial. A citação do devedor é necessária por se tratar de nova relação processual, seguindo nos atos subsequentes dos artigos 528 e/ou 523, do NCPC.

Pelo exposto, a execução dos alimentos fixados pelo juízo criminal deve tramitar na Vara de Família, do foro do domicílio do alimentando, domicílio do devedor ou da situação dos bens deste (art. 53, II c/c 516, III e parágrafo único, todos do NCPC).

DIAS, Maria Berenice. A lei maria da penha na justiça. 4 ed. São Paulo: RT, 2015. p. 131.



## Com votação expressiva Dra. Hildeth Evangelista foi reconduzida ao cargo de Defensora Pública Geral

**A** Defensora Pública Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes foi reconduzida ao cargo de Defensora Pública Geral pelo Governador Wellington Dias em março deste ano, após ser a mais votada na composição de Lista Tríplice no processo eleitoral realizado em 20 de fevereiro na Defensoria Pública do Estado do Piauí. O próprio Governador comunicou a escolha e recondução ao cargo à Dra. Hildeth Evangelista.

De um total de 108 Defensores Públicos votantes Dra. Hildeth Evangelista obteve 97 votos. Também concorreram os Defensores Públicos Dr. Ulisses Brasil Lustosa, que obteve 27 votos e Dr. Reginaldo Correia Moreira, que obteve 24 votos.

“Ter sido reconduzida ao cargo de Defensora Pública Geral pelo Governador Wellington Dias muito nos honrou, mas principalmente ter conseguido tão expressiva votação por parte dos demais Defensores e Defensoras Públicas nos mostrou que o trabalho que estamos realizando está respaldado pelos nossos pares, que entendem que nos esforçamos diariamente para tornar a Defensoria Pública uma Instituição cada vez mais forte”, afirma a Defensora Geral.

Fazendo breve retrospectiva da sua primeira ges-

tão, Dra. Hildeth Evangelista reafirma o compromisso de continuar trabalhando para superar os obstáculos que possam surgir na consolidação da autonomia da Instituição. “Quando ainda no meu primeiro mandato lancei-me ao desafio de gerir a Defensoria Pública encontrei um cenário em que a atividade institucional exigia novos rumos e a falta de autonomia administrativa limitava a atuação defensorial. Um desafio que vencemos a partir da empreitada de convencer toda uma equipe de governo da importância dessa autonomia, a qual obtivemos devido a sensibilidade dos gestores, recebendo nosso duodécimo em janeiro de 2016. A partir daí surgiram novos desafios, sendo um dos principais aprender a administrar com responsabilidade e transparência o limitado orçamento destinado à Instituição. Tivemos que organizar os setores administrativos buscando seguir critérios que objetivavam resultados eficientes. Chegamos à confecção do nosso Plano Estratégico 2016/2020, elaborado com a participação da maioria dos Defensores Públicos, cujas algumas etapas já executamos, mas que ainda existem tantas outras a implantar. Continuamos firmes no propósito de gerir a Defensoria Pública da melhor forma. Hoje nossa Instituição segue a passos acelerados rumo ao futuro”, destaca.

# Semana Nacional da Defensoria

## Foi comemorada com inúmeras atividades



**Sessão Solene do Conselho Superior com entrega de medalhas à homenageados**



**Câmara Municipal homenageia Defensores**



**Ivan Martins em palestra sobre o Machismo**

De 13 a 19 de maio a Defensoria Pública do Estado do Piauí desenvolveu diversas ações em comemoração à Semana Nacional da Defensoria Pública. Nesse período Defensores Públicos, servidores, colaboradores e estagiários da Instituição participaram integrados de atividades que abrangeram desde o reforço ao atendimento normalmente prestado aos assistidos, até palestras abordando temáticas atuais como a Reforma da Previdência, passando por momentos de lazer e descontração.

As atividades iniciaram no dia 13, com atendimento ao público na Fundação Bradesco, oportunidade em que foram realizadas palestras abordando temas diversos e oferecidas várias oficinas como a de Teatro, You Tuber e Fotografia. A iniciativa teve uma excelente aceitação por parte



**Momento de interação com Movimentos Sociais**



**Defensores Públicos e homenageados comemoram sucesso do evento**

da comunidade local, registrando o comparecimento de mais de 200 pessoas que se dividiram entre as diversas opções oferecidas.

Os eventos continuaram por toda a semana tendo pontos significativos como o encontro realizado com os representantes de movimentos sociais, em momento de integração e busca pelo estreitamento das relações e a cole-



Ponte Estaiada adota o verde da Defensoria



Atividade na Fundação Bradesco



Equipe de Defensores integrada na Semana

ta de sangue no Núcleo Central da DPE-PI. Também foram intensificados os serviços oferecidos por meio da Defensoria Itinerante, do Núcleo Especializado de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania e do Núcleo Especializado dos Direitos do Consumidor, que ampliaram os atendimentos em uma Força-Tarefa que garantiu a realização de maior número de audiências, sempre sob a ótica da Conciliação.

Um momento de integração entre Defensores Públicos, servidores, estagiários e colaboradores foi realizado na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), oportunidade em que foram desenvolvidas atividades de recreação que objetivaram integrar ainda mais aqueles que diariamente trabalham para que a Defensoria Pública se fortaleça cada vez mais como Instituição garantidora do acesso irrestrito a Justiça. Na Semana, também como forma de reconhecimento ao papel desempenhado pela Instituição, a Ponte Estaiada João Isidoro França adotou a cor verde, que é a cor símbolo da Defensoria Pública.

O ponto alto das comemorações aconteceu no dia 19 de Maio, Dia do Defensor Público, com Sessão Solene do Conselho Superior da Defensoria, realizada no Diferencial Buffet. Na data foram homenageados com a Medalha do Mérito Defensorial autoridades que notadamente realizam ou realizaram trabalhos em prol da Defensoria, assim como Defensores Públicos que cotidianamente desempenham suas funções buscando o engrandecimento da Instituição.

Foram agraciados com a Medalha na Categoria Honorífica o Deputado Estadual João de Deus Sousa; o Secretário de Estado da Justiça, Daniel de Oliveira Valente; o Defensor Público do Estado do Maranhão, Dr. Joaquim Gonzaga Araújo Neto e a assessora do Conselho Superior Amariles Eliane de Oliveira Domingos. Na Categoria Profissional a honraria foi concedida aos Defensores Públicos Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro, Dr. João Batista Viana do Lago Neto e Dr. José Weligton de Andrade. O Defensor Público Dr. Afonso Lima da Cruz Júnior, também foi homenageado.

“A Defensoria Pública do Estado do Piauí é composta de guerreiros e guerreiras, homens e mulheres lutadores, aos quais todos os dias um novo desafio é proposto, seja na defesa de nossos assistidos, de nossas prerrogativas funcio-

nais ou na consolidação de nossa autonomia plena. Somos uma congregação de agentes de transformação social e esta condição nos liga umbilicalmente às causas populares, pois servimos de instrumento apto a viabilizar o acesso à ordem jurídica, justa e eficaz, abrandando a sede de dignidade e cidadania do povo piauiense”, afirmou na solenidade a Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista.

Na mesma data e local foi proferida palestra do renomado escritor e jornalista Ivan Martins que abordou o tema “Machismo: como ele prejudica a vida, atrapalha os relacionamentos e empobrece a personalidade dos homens”. O momento contou com público significativo, formado por Defensores e Defensoras Públicas, além de representantes de vários segmentos da população.

O Dia do Defensor contou ainda com palestras realizadas na Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEPI), tendo como palestrantes a Defensora Pública Dra. Alynne Patrício de Almeida Santos, que falou sobre “Defensoria Pública na Jurisprudência do STF e STJ”, e o Defensor Público da União, Dr. Benoni Ferreira Moreira, que abordou o tema “Reforma da Previdência”. À noite, uma Sessão Solene na Câmara dos Vereadores de Teresina, proposta pelo Vereador Luís André, que já foi estagiário da DPE-PI, marcou o encerramento das comemorações.



Entrega do Título de Cidadania à Dra. Alynne Patrício



## Defensoria recebeu três novas Defensoras Públicas no início de 2017

**N**o mês de fevereiro deste ano, a Defensoria Pública do Estado do Piauí passou a contar em seus quadros com três novas Defensoras Públicas. Dra. Ana Paula Passos Mattos Moreira, Dra. Ana Cristina Carneiro de Melo e Dra. Ana Teresa Ribeiro da Silveira foram empossadas no dia 13 do referido mês, pelo então Defensor Público Geral em exercício, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis, em solenidade realizada no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública, com a presença de número significativo de Defensores Públicos, autoridades e familiares das empossadas.

Na oportunidade a nova Defensora Dra. Ana Paula Passos Matos Moreira prestou o juramento em nome das três empossadas. O discurso da posse foi lido por Dra. Ana Teresa Ribeiro da Silveira, que discorreu sobre o papel da Defensoria Pública e o que o ingresso na Instituição representou naquele momento.

“A Defensoria abrirá para nós muitas oportunidades. Esse ingresso representa uma mudança total de vida. Estamos honradas em fazer parte da Defensoria Pública. Sabemos que hoje temos uma Instituição dotada de todo o instrumental normativo para uma conduta proativa, o que permitirá enorme salto qualitativo no cumprimento de sua missão constitucional, cabendo àqueles que a compõem ocupar os espaços criados, conduzindo-a a patamares ainda mais elevados. Esta é a Defensoria Pública de que desejamos fazer parte. É com esta Instituição que nos comprometemos. Chegamos com a sincera intenção de somar, de compartilhar, de nos integrarmos a esse seleto grupo de mulheres e

homens que fazem com seu labor diário a Defensoria Pública ser reconhecida e respeitada pela comunidade piauiense”, disse então Dra. Ana Teresa Ribeiro da Silveira.

Para Dra. Ana Paula Passos Mattos Moreira integrar a DPE-PI representou a consolidação de um objetivo almejado desde a época em que trabalhou na Instituição. “É uma grande conquista, uma grande responsabilidade, porque sei que vou trabalhar para ajudar os menos favorecidos, dentro de uma missão nobre e gratificante”, afirmou. “É um sonho realizado e espero prestar assistência jurídica aos necessitados com a maior eficiência possível”, complementou Dra. Ana Cristina Carneiro de Melo.

Dr. Erisvaldo Marques destaca relevância da chegada das novas Defensoras. “Para a Defensoria receber três novas Defensoras representou uma junção de felicidades. Felicidade certamente das três que ingressaram na Instituição, mas principalmente das pessoas assistidas, que contarão com os serviços de mais membros na Defensoria. Toda pessoa que ingressa no serviço público e se propõe verdadeiramente a servir, por si só já é digna de aplauso, mas ser Defensor Público exige ainda certa dose de ousadia, pois servimos ao público mais vulnerável do estrato social e certamente enfrentamos vários obstáculos. São pessoas para quem os direitos são facilmente relativizados, quando não totalmente ignorados e nós, Defensores, temos que ter a capacidade de nos colocar na situação dos assistidos, para entendermos suas angústias e as injustiças de uma sociedade extremamente seletiva”, disse.



# Novas instalações da Defensoria em Picos proporcionam melhor atendimento



Em Picos, novas instalações facilitam a prestação de serviços aos assistidos

**D**esde o dia 17 de fevereiro de 2017 a cidade de Picos (300Km de Teresina) conta com novas instalações da Defensoria Pública. Localizada na avenida Raimundo de Sá Urtiga, 406, a nova sede foi inaugurada em solenidade com a presença do Governador Wellington Dias e do então Defensor Público Geral em exercício, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis.

As novas instalações da Defensoria em Picos encontram-se em local de fácil acesso, em frente ao Fórum do Município, proporcionando o atendimento das pessoas que necessitam dos serviços da Instituição. O prédio conta com gabinetes equipados para os seis Defensores Públicos que têm titularidade naquela Comarca, salas para Audiências de Conciliação, setor de Tecnologia da Informação e uma recepção para Primeiro Atendimento e triagem.

Em seu discurso na oportunidade, o Defensor Público Geral em exercício destacou a importância das novas instalações que, segundo ele, contribuíram significativamente para otimizar os serviços prestados pela Defensoria Pública à população de Picos. “Aqui teremos oportunidade de oferecer melhores condições de trabalho aos Defensores Públicos e suas equipes, assim como disponibilizaremos aos nossos assistidos um atendimento mais humanizado, com conforto e qualidade”, disse Dr. Erisvaldo Marques.

A Defensora Pública Dra. Gilmara Guimarães Bezerra Pessoa, Titular da 3ª Defensoria Pública de Picos, destacou o papel da Instituição. “A Defensoria de Picos abrange o atendimento a assistidos de 12 municípios e conta com 6 Defensores, que realizam em média 550 atendimentos ao mês, daí a importância de oferecer uma infraestrutura que possibilite um acolhimento mais humanizado bem como melhores condições de trabalho para Defensores Públicos, servidores e estagiários”, afirmou.

O Governador Wellington Dias, parabenizou a DPE-PI pelas novas instalações. “Aqui será o espaço adequado para os que buscam ajuda nessa Casa”, afirmou.

## Simões também ganha nova sede da DPE-PI

Dando prosseguimento ao seu processo de interiorização a Defensoria Pública do Estado do Piauí inaugurou no dia 15 de maio a sede da Defensoria Regional de Simões, que tem como Titular a Defensora Pública Dra. Karolyne Duarte Chaves Ellery Barreira. A inauguração contou com a presença do Diretor das Defensorias Regionais, Defensor Público Dr. Gérson Henrique Silva e Sousa e do Defensor Público Dr. Paulo Henrique Ribeiro Rocha, Titular da Defensoria Regional de São João do Piauí.

“Atendendo ao que prescreve o mandamento constitucional e à política de expansão da Defensoria Pública, o que vem sendo feito gradativamente pela atual gestão, promovemos a inauguração da Defensoria Regional de Simões. Pagamos um débito com a população de Simões e da região e em breve pretendemos instalar outras Defensorias no interior”, afirma Dr. Gérson Henrique Sousa.

“Estamos muito felizes com as instalações e a localização da Defensoria. A sede próxima ao Fórum e à Delegacia vai facilitar o acesso à população e favorecer a realização do nosso trabalho. Temos uma expectativa bastante positiva e espero realizar o melhor trabalho possível na luta pelos interesses dos que são mais vulneráveis”, diz Dra. Karolyne Barreira.



Dr. Gérson Henrique, Dra. Karolyne Barreira e Dr. Paulo Henrique



## Defensora Geral do Piauí integra nova Diretoria do Colégio Nacional de Defensores Gerais

**A** Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes integra desde o último dia 29 de maio, a nova Diretoria do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE). A eleição aconteceu durante a V Reunião Ordinária do Colegiado, realizada em Brasília (DF).

Dra. Hildeth Evangelista é Secretária Adjunta em uma Diretoria que tem como Presidente o Defensor Público Geral da Bahia, Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo, como Vice-Presidente o Defensor Público Geral do Rio de Janeiro, Dr. André Luis Machado de Castro e como Secretário Geral o Defensor Público Geral do Mato Grosso do Sul, Dr. Luciano Montalli. O mandato da nova Diretoria do CONDEGE tem duração de um ano.

Em seu discurso de posse o novo Presidente enfatizou a importância de um trabalho respaldado pelos demais Defensores Gerais. “Este é um desafio e tenho certeza que poderei contar com o apoio de todos os Defensores Gerais nas pautas que temos para o fortalecimento da Defensoria do Brasil”, disse Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo.

Para Dra. Hildeth Evangelista integrar a nova Diretoria

do Colegiado representa uma responsabilidade significativa. “É um desafio e certamente uma responsabilidade inquestionável ajudar a conduzir os rumos do Colégio Nacional de Defensores Gerais. Nos empenharemos ao máximo para corresponder à confiança em nós depositada, tanto quando do convite para compor a chapa como agora, após a aclamação dos demais Defensores e Defensoras que se encontravam presentes à reunião em Brasília. É um novo passo que encaramos com muita confiança”, afirmou.

A nova Diretoria do CONDEGE tem pela frente, entre outros desafios, manter a interlocução com governos Estaduais e Federal para implementação da emenda constitucional 80/2014; estreitar as relações com as Associações de Defensores Estaduais e Federais, com os Colégios de Corregedores e Ouvidores das Defensorias, além de aprimorar as Comissões Temáticas e elaborar Plano de Trabalho para atuação no Sistema Prisional. Também é função da Diretoria o acompanhamento das matérias de interesse da Defensoria Pública no Congresso Nacional e Tribunais Superiores.

**Fonte: (dados do texto e fotos) DPE-Bahia**

# Dra. Ana Patrícia Salha destaca o trabalho frente a Corregedoria da DPE-PI

**D**esde o dia 06 de abril deste ano de 2017 a Defensoria Pública do Estado do Piauí conta com a Defensora Pública de Categoria Especial Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha à frente da Corregedoria da Instituição. A posse da nova Corregedora aconteceu em Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública. Ela ficará à frente da Corregedoria no Biênio 2017/2019.

Escolhida para o cargo pela Defensora Pública Geral, após compor Lista Tríplice com os Defensores Públicos Dr. Francisco de Jesus Barbosa e Dra. Myrtes Maria Freitas e Silva, Dra. Ana Patrícia Salha substituiu o Defensor Público Dr. José Weligton de Andrade, cujo mandato na Corregedoria encerrou no dia 5 de abril.

Ao avaliar o trabalho frente a Corregedoria Dra. Ana Patrícia Salha diz que “Esses primeiros dois meses à frente da Corregedoria Geral foram voltados principalmente para as questões internas administrativas: elaboração do Regulamento Interno da Corregedoria Geral; organização dos assentamentos funcionais, a fim de retratar e atualizar a exata posição e evolução dos membros na carreira; organização dos arquivos setoriais permanentes e temporários; atualização de nossa página no sítio eletrônico da Defensoria Pública, com escala de plantão dos Defensores Públicos, conforme o sorteio e permutas eventualmente solicitadas das ferramentas”.

“Além da parte organizacional, vamos dar início no final do mês de junho às correições ordinárias nos órgãos de atuação da Defensoria Pública, em cumprimento às funções disciplinar e correccional da Corregedoria. Por fim, informar que a Corregedoria tem trabalhado firmemente para atender à transparência administrativa, que é uma exigência so-



Dra. Ana Patrícia Salha

cial e, nesse sentido, já fora encaminhado ao Diário Oficial do Estado do Piauí, o regulamento Interno da Corregedoria, o qual, além da parte organizacional da Corregedoria Geral, traz também os instrumentos jurídicos e a metodologia de suas ações de controle. Desta forma, avalio como positiva a atuação da Corregedoria Geral nesses primeiros dois meses de gestão”, afirma Dra. Ana Patrícia Salha.



Dra. Ana Patrícia Salha durante Sessão do Conselho Superior na qual foi empossada como Corregedora



## Força-Tarefa inicia interiorização e conta com novo sistema de inserção de dados

**P**ara auxiliar ainda mais o trabalho da Força-Tarefa Defensorial, a Defensoria Pública do Estado do Piauí está desenvolvendo um programa para auxiliar os Defensores Públicos Criminais quando da realização das ações nas Penitenciárias do Estado. Denominado de Sistema da Força-Tarefa Defensorial, permite a geração de relatórios sobre a atividade a partir da junção das informações nela inseridas.

O Sistema é alimentado com dados referentes a todas as Penitenciárias onde for desenvolvida a ação. Cada estabelecimento prisional terá as informações divididas de acordo com pavilhão, número de presos e capacidade, o que facilitará a alimentação e compilação dos dados. Com relação aos presos, as informações serão relativas a escolaridade, profissão, crime ou infração cometida, tipo de prisão e perfil, todas adquiridos a partir de aplicação de questionários por parte das equipes da Defensoria Pública Criminal.

“O Sistema visa facilitar e automatizar o trabalho dos Defensores Públicos. Posteriormente, após concluída essa etapa, será desenvolvida a versão para smartphone e tablet”, diz o analista de sistemas da Coordenação de Tecnologia da Informação da DPE-PI, Felipe Alfaville.

O Subdefensor Público Geral do Estado do Piauí, Coordenador da Força-Tarefa, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis, afirma que esse é mais um passo para o fortalecimento das ações da Defensoria. “O Sistema será de grande valia para o desenvolvimento da Força-Tarefa Defensorial, nos permitindo a coleta de dados de forma mais precisa, a geração de relatórios com maior dinamicidade e fazendo com que tenhamos documentada objetivamente a realidade dentro do sistema prisional. Certamente vai facilitar o trabalho dos Defensores Públicos Criminais que participam da Força-Tarefa, assim como da equipe que os auxilia nessa atividade.

A Força-Tarefa Defensorial tem por objetivo garantir maior celeridade ao andamento processual, prestando atendimento diferenciado às pessoas privadas de liberdade que se encontram no Sistema Penitenciário. A ação é fruto de uma parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria de Justiça do Estado do Piauí. Atualmen-

te encontra-se em fase de interiorização, tendo iniciado essa nova etapa pela Penitenciária Mista de Parnaíba que contou com atendimento presencial no período de 10 a 12 de maio, oportunidade em que foram atendidos 450 presos por oito Defensores Públicos Criminais.

O Defensor Público Dr. João Batista Viana do Lago Neto, que é o autor do projeto Força-Tarefa diz que a ação visa também a reintegração. “O atendimento prisional também está lá na nossa Lei e temos que cumpri-lo com excelência. Dentro da Força-Tarefa essa etapa presencial é mais um ato de chancela, para informar aos presos sobre seus direitos e a importância de terem um comportamento satisfatório para que possam ser reintegrados na sociedade. É interesse da Defensoria que eles sejam reintegrados como pessoas melhores, daí esse caráter pedagógico”, disse.

O Subdefensor Público geral, Dr. Erisvaldo Marques, informa que o relatório da Força-Tarefa na Penitenciária Mista de Parnaíba tem previsão para ser divulgado no final do mês de julho, mas que foram muitos os casos irregulares identificados quando da ação, sendo um deles o de A.L.S.B. que se encontrava preso há mais de um ano e três meses, embora possuísse alvará de soltura.

Constatou a Força-Tarefa que A.L.S.B. deveria ter sido solto em 21 de janeiro de 2016, data em que foi concedido o relaxamento da prisão na Penitenciária de Esperantina, fato relativo aos crimes de desacato e dano qualificado, onde se encontrava inicialmente recolhido. Segundo certidão que constava no processo o detento teria sido posto em liberdade no dia 22 de janeiro de 2016. “Acontece que nesta época ele já havia sido transferido para a Penitenciária Mista de Parnaíba, onde ficou preso indevidamente até que nos procurasse durante a Força-Tarefa. O acusado A.L.S.B. não era assistido pela Defensoria Pública, e possuía advogado dativo, mas como solicitou falar com a Defensoria fizemos o atendimento e identificamos a irregularidade, adotando imediatamente as medidas para que fosse posto em liberdade, o que ocorreu ainda em maio de 2017”, diz o Subdefensor.